

A. I. Nº - 232255.0029/12-6
AUTUADO - ELISÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
AUTUANTE - EDLENA CASTRO FAHEL DA SILVA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 11/06/2013

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0071-05/13

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO E RECOLHIMENTO A MENOS. a) ANTECIPAÇÃO PARCIAL. b) SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. Itens reconhecidos pelo contribuinte. Recolhimento de parte da exigência fiscal, sem os consectários legais (multa e acréscimos moratórios), quando o contribuinte já se encontrava. Débito residual do Auto de Infração objeto de pedido de parcelamento. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em 10/12/2012, para exigir ICMS, no valor total de R\$22.297,30, pelo cometimento das seguintes infrações:

INFRAÇÃO 1 – Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. Valor da Infração: R\$19.721,62. Multa aplicada: 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, para os fatos geradores ocorridos em 2008 e 2009, e; multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da mesma lei, para os fatos geradores verificados em 2010 e 2011.

INFRAÇÃO 2 – Efetuou recolhimento a menor do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. Valor da Infração: R\$1.452,52. Multa aplicada: 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, para os fatos geradores ocorridos em 2008 e 2009, e; multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da mesma lei, para os fatos geradores verificados em 2011.

INFRAÇÃO 3 - Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

Valor da Infração: R\$1.112,89. Multa aplicada: 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

INFRAÇÃO 4 – Efetuou recolhimento a menor do ICMS por antecipação ou substituição tributária, na condição de empresa optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado.

Valor da Infração: R\$10,33. Multa aplicada: 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96.

A defesa foi apresentada em petição protocolada em 18/12/2012, subscrita pela representante legal da empresa, (doc. anexo, fl. 531).

Nesta peça a contribuinte reconhece o cometimento das infrações e declara que, por desconhecimento, efetuou alguns pagamentos do ICMS antecipação parcial quando já se encontrava sob ação fiscal, cujo início se deu em 08/10/2012, conforme intimação anexa.

Solicita a este órgão julgador que sejam efetuadas as deduções dos recolhimentos realizados do total do débito apurado na ação fiscal.

Foi prestada informação fiscal, anexada ao PAF à fl. 578. Nesta peça a autuante informa que o valor recolhido pela contribuinte, antes da conclusão da ação fiscal, totalizou a quantia de R\$7.066,24, conforme extrato de arrecadação anexado à fl. 543, dos autos. Registrou que os impostos foram pagos sem os acréscimos legais, de acordo com os DAE's anexados às fl. 544 a 575.

Pediu pela procedência da exigência fiscal em sua totalidade.

Às fls. 586/586v, foi anexado extrato do sistema de informação da SEFAZ – SIGAT, onde consta que o contribuinte efetuou o parcelamento do débito residual do Auto de Infração, no montante total de R\$15.617,45.

VOTO

Neste processo, as 4 (quatro) Infrações imputadas ao sujeito passivo foram reconhecidas na peça defesa. Todas elas praticadas por contribuinte optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, denominado Simples Nacional.

O contribuinte postula tão somente a dedução das parcelas já recolhidas, após o início da ação fiscal, verificada em 08/10/2012, conforme intimação anexa.

Ao prestar a informação fiscal, a autuante registra e documenta que efetivamente a contribuinte procedeu ao recolhimento de parte do imposto exigido no lançamento, de acordo com o extrato de arrecadação anexado à fl. 543, dos autos. Registrou ainda que os impostos foram pagos sem os acréscimos legais, conforme atestam DAE's (documentos de arrecadação estaduais), juntados às fls. 544 a 575.

Às fls. 586/586 verso, foi anexado extrato do sistema de informação da SEFAZ – SIGAT, onde consta que o contribuinte efetuou o parcelamento do débito residual do Auto de Infração, no montante total de R\$15.617,45.

O pagamento de parte do débito lançado no Auto de Infração, após o início da ação fiscal, não afasta a obrigação do contribuinte de recolher aos cofres do Estado os demais consectários legais, entre eles a multa e os acréscimos moratórios, visto que este pagamento se realizou quando o sujeito passivo já não dispunha do direito de exercer a espontaneidade para quitar os débitos tributários vencidos. Todavia, no que tange à penalidade, poderá ainda se beneficiar das reduções previstas na norma legal, conforme regra específica, contida no art. 45, da Lei nº 7.014/96.

Considerando o acima exposto, em especial, a confissão de dívida da autuada, voto pela PRODEDÊNCIA do Auto de Infração. Deverão ser homologados os valores recolhidos pelo contribuinte.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232255.0029/12-6**, lavrado contra **ELISÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$22.297,30**, acrescido das multas de 50% sobre R\$7.176,40 e 60% sobre R\$15.120,96, previstas, respectivamente, no art. 42, incisos I, “b”, item I e II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores recolhidos pelo contribuinte.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de maio de 2013.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE

TOLSTOI SEARA NOLASCO – RELATOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIM - JULGADOR